
Marx, estranhamento e emancipação: o caráter subordinado da categoria da exploração na análise marxiana da sociedade do capital

Mario Duayer¹
João Leonardo Medeiros²

Resumo: A melhor forma de celebrar os 140 anos da publicação da obra-prima de Marx, *O Capital*, é indubitavelmente recuperar o seu sentido original de crítica científica das condições sociais que, de um lado, criam as condições materiais para e, de outro, impedem a realização da *emancipação humana*: a sociedade regida pelo capital. E isso porque o nexo entre crítica científica e emancipação humana perdeu-se, no século XX, em meio a uma atmosfera que combinou um crescente recrudescimento do pensamento conservador com o descrédito das versões vulgarizadas do pensamento de Marx que amparavam as experiências do socialismo real no plano subjetivo. Para superar a pesada herança deste período e restaurar aquele sentido fundamental de *O Capital*, é imprescindível recuperar seu argumento desde o ponto de partida assumido pelo próprio autor: a análise da circulação de mercadorias e das formas de consciência, inclusive científicas, a ela associadas.

Palavras-chave: Marx; emancipação; capital.

¹ Professor da Universidade Federal Fluminense. E-mail: mduayer@vm.uff.br.

² Professor da Universidade Federal Fluminense. E-mail: jlgmedeiros@uol.com.br.

Marx, alienation and emancipation: the subordinate character of the category of exploitation in the Marxian analysis of the capitalist society

Abstract: *The best way to celebrate the 140 years of the first publication of Marx's masterpiece Capital is certainly to retrieve its original meaning of scientific critique of the social conditions that, on the one hand, create the material conditions to human emancipation while, on the other, block it: namely, the society ruled by capital. This is because in the 20th century the linkage between scientific critique and human emancipation has been lost in the midst of an atmosphere combining a new wave of conservative thought with the complete dishonor of the vulgarized versions of Marxism that supported the so-called real socialism. In order to overcome the weighty legacy of this period and to restore that fundamental meaning of Capital it is unavoidable to resume its arguments right from the beginning: that is to say, the analysis of the circulation of commodities and the forms of consciousness implied by it.*

Keywords: Marx; emancipation; capital.

JEL: B14

Introdução

Após 140 anos da publicação de *O Capital* ainda é possível ou faz sentido discutir Marx na tentativa de explorar sentidos ocultos em sua obra relevantes para os tempos atuais? Considerando a derrota das experiências “socialistas”, todas animadas por idéias de desenvolvimento econômico, igualdade, socialização dos meios de produção, distribuição de renda etc. inspiradas em Marx, talvez se possa dizer que um dos sentidos de sua obra que essas experiências voluntária ou involuntariamente omitiram foi o de *emancipação humana*.

A nosso ver, essa não é uma questão que se possa negligenciar na interpretação de *O Capital*, em particular, e na obra de Marx como um todo. Ao contrário, ela nos parece constituir o fundamento da teoria social crítica elaborada por ele. Com efeito, a noção de que não há alternativa à sociedade capitalista moderna – experiência cotidiana justificada por umas tantas teorias, aceitas de pronto por partidos políticos ao longo de todo o espectro – expressa com trágica objetividade o fato de que a humanidade parece definitiva e irremediavelmente subordinada ao processo de valorização do capital. Tal subordinação, que constitui o tema central da inteira obra de Marx, nada mais significa que o problema do

estranhamento e de sua superação ou, para expressá-lo no registro acima, precisamente o problema da *emancipação humana*.

1. Caráter mercantil

No caso de *O Capital*, o problema da emancipação humana já comparece claramente nos primeiros capítulos, nos quais Marx investiga as principais determinações da sociedade do capital devidas *exclusivamente* a seu caráter mercantil. Para mostrá-lo, sumariando a análise de Marx, tem-se de partir, como o faz o próprio autor, da forma de manifestação mais imediata desta sociedade, tal como ela aparece para todos os sujeitos: a esfera da circulação, da troca generalizada, ali onde todos trocam tudo.

Do ponto de vista da circulação, o trabalho aparece como o título exclusivo de propriedade, pois na troca os sujeitos trocam o produto de seu trabalho, sua propriedade. (Marx 1953:901) Funcionando assim as coisas, ou, ao menos, assim se apresentando, pode-se afirmar que os pressupostos objetivos (ou as condições de possibilidade) desta articulação particular (mercantil) dos produtores são os seguintes.

Primeiro, os produtores são proprietários privados, caso contrário não trocariam. Teriam posse, compartilhariam imediatamente a riqueza social.

Segundo, os produtores são trabalhadores especializados, isto é, integram uma divisão social do trabalho mais ou menos complexa, caso contrário não teriam necessidade de trocar.

Terceiro, e em consequência, essa divisão do trabalho pressupõe uma unidade que emerge espontaneamente (historicamente), ou seja, um trabalhador coletivo (social) do qual todos os trabalhadores são órgãos. Em outras palavras, a troca generalizada de mercadorias, a par de ser uma vasta equação social das coisas (valores-de-uso), é a vasta equação social dos diversos trabalhos, sua igualação. Ou ainda: a troca plasma, sempre a posteriori e externamente, os trabalhos individuais, privados, independentes, em um trabalhador coletivo, social. Trabalhador coletivo que, na verdade, já está permanentemente pressuposto à troca, e que os sujeitos têm de integrar sob pena de não poderem produzir e viver. Integrá-lo é a condição primeira e incondicional de sua existência social.³

³ Nesse particular, pode-se concordar com Postone (ver nota 9, abaixo) quando afirma que a teoria do valor de Marx é teoria crítica da socialização capitalista que reduz os sujeitos a meros trabalhadores. Ou, em outras palavras, que o valor é a expressão dessa socialização redutora pelo trabalho.

Continuando com os pressupostos objetivos da articulação mercantil dos produtores, tem-se que, quanto, cada produtor, concluído seu processo de produção, procede como se tivesse surtado, delira e, ao contemplar o produto de seu trabalho, vê nele os produtos de todos os outros produtores. Para ele, portanto, seu produto é a figura de todos os outros. Tal comportamento, apesar de irracional, é necessário, porque, sendo produtor especializado, seu produto para ele é simples meio de acesso aos produtos dos outros – meio de troca. O que significa dizer que a finalidade de cada produtor é a riqueza em geral, abstrata.

Quinto, cada produtor, sendo o que é (dados os pressupostos imediatamente perceptíveis dos quais partimos), isto é, proprietário privado co-participante de uma divisão social do trabalho mais ou menos complexa, tem acesso a uma fração da riqueza social exatamente proporcional à sua contribuição. Porque a troca, sendo troca entre sujeitos formalmente iguais, tem de ser troca de equivalentes.

Por essa razão, sexto, cada produtor tem de perseguir o máximo da riqueza dos demais que pode recolher pela troca. Em consequência, como sempre têm o máximo de riqueza como objetivo, e não só por luxúria, mas também por necessidade, todos os produtores, nestas circunstâncias, são compelidos a produzir (trabalhar) sempre mais para, ao contribuírem no máximo de suas forças para a riqueza social, terem acesso ao máximo da riqueza produzida pelos outros. E quando se afirma que cada produtor imerso nas relações de troca generalizada deseja e necessita produzir o máximo, é porque, por participar de uma divisão social do trabalho, cada produtor precisa do produto dos demais, e não só para sobreviver (isto é, de meios de subsistência), mas também para sempre poder repor as condições materiais de sua própria produção (isto é, de meios de produção). Em virtude disso, o acesso ao máximo de riqueza passa a ser condição da reprodução de cada produtor.

Tudo isso considerado, chega-se à conclusão simples e objetiva que a produção social assim articulada, ou seja, externamente por meio da troca mediada por dinheiro, tem uma determinação absolutamente peculiar: é e sempre tem de ser produção crescente. Nenhuma outra formação socioeconômica possui um dispositivo imanente *automático* como este em seu processo de produção, dispositivo que o faz crescer necessariamente. Cada produtor deseja e precisa produzir o máximo e, justamente por isto, a produção social é sempre crescente.

Além do mais, pode-se constatar que a riqueza de cada produtor adquire uma determinação que ela não possui em outras formas de produção, a saber, uma dimensão temporal. Todo item da riqueza tem de representar mais riqueza no futuro. Por que todo item da riqueza tem de representar mais riqueza futura? Porque aquele produtor cuja riqueza

permanece constante em uma economia de produção continuamente crescente, perdeu riqueza, ou seja, cai a fração da riqueza total (crescente) a que tem acesso. Não só vive relativamente pior do que os outros, mas também se torna gradualmente incapaz de reproduzir as condições de sua produção. E como a sociabilidade está fundada em primeiro lugar e incondicionalmente, como se disse, na troca dos produtos de seu trabalho, aquela incapacidade é sinônimo, no limite, de sua não-existência social (individual).⁴

Com tal exame, partindo das manifestações tópicas, mas objetivas da sociedade do capital, é possível mostrar, como o fez Marx extensamente, e imaginamos tê-lo feito acima sucintamente, que o caráter mercantil da sociedade capitalista implica que a produção social – seu caráter, seu sentido, sua dinâmica etc. – escapa aos sujeitos. Mais exatamente, ela subordina os sujeitos, condenados a perseguirem, por assim dizer, seu produto com sua lógica estranhada. É importante notar que se chega a tal resultado com uma análise que se restringe a umas poucas categorias da esfera da circulação: basicamente, divisão do trabalho, propriedade privada, valor-de-uso, valor-de-troca e valor, dinheiro (as quatro últimas, ainda que não mencionadas acima, evidentemente estão subentendidas).

2. Estranhamento

A partir dessa análise das formulações de Marx nos primeiros capítulos de *O Capital*, mas igualmente presente em outras de suas obras, iniciais e tardias, é possível defender uma reinterpretação de sua teoria em que a categoria da exploração, a despeito de sua relevância, não é a categoria fundamental do pensamento de Marx, sendo, na verdade, subordinada à categoria do estranhamento (ou alienação, como costuma ser denominada). Nessa interpretação, a ênfase recairia no fato que, dado o caráter mercantil da sociedade do capital, os sujeitos da sociedade articulada pela troca – e, como sublinhou Lukács (1979:53), esta é a primeira sociedade propriamente dita – perdem o sentido de sua produção, que para eles existe como uma coisa autônoma, estranha, fora deles, que os subordina, e a cujos imperativos estão submetidos.

É claro que a troca generalizada só existe quando o capital colonizou para si a esfera da produção, dissolvendo outros modos de produção e de propriedade, outras formas de relação social que o precederam. (Marx 1953: 919) Em consequência, é igualmente evidente que ela pres-

⁴ Incidentalmente, pode-se argumentar que Marx desvenda aqui, só com as categorias da circulação simples, a categoria dos juros como expressão daquela determinação temporal da riqueza sob forma mercantil.

supõe a exploração, porque pressupõe capital, trabalho assalariado, mais-valia. Todavia, a mais-valia, antes de significar a exploração do trabalho, como de fato o faz, representa a objetivação, estranhada dos sujeitos, do potencial que possui o trabalho (social) de reproduzir de forma ampliada as suas condições antecedentes.

Pode-se compreender melhor a mais-valia como expressão do estranhamento da produtividade do trabalho social quando se leva em conta que o trabalho, como categoria especificamente humana, diferencia o metabolismo da espécie humana com a natureza. Nos outros animais este metabolismo é sempre uma adaptação passiva, geneticamente determinada, às mudanças das condições do ambiente, ao passo que no ser humano o metabolismo caracteriza-se por uma adaptação *ativa*, em que os seres humanos, pelo trabalho, criam as condições materiais de sua própria reprodução. Em virtude dessa constituição interna do trabalho Lukács sublinha que a situação típica no ser humano é a *reprodução ampliada*. A mais-valia, nesse sentido, é expressão dessa capacidade, dessa potência humana, autonomizada em relação aos seres humanos, tornada riqueza que opera como um “sujeito automático” sob a forma de capital. Riqueza sempre crescente e crescentemente estranhada.

Analizando, portanto, as estruturas da sociedade do capital, Marx descobre esta dinâmica objetiva, cuja lógica imanente não se dissolve por si mesma, não se auto-supera. Pelo contrário, ela arrasta suas contradições para adiante, sempre em grau mais elevado. Expresso em poucas palavras, este é o tema marxiano do estranhamento e da emancipação humana. Emancipação em que sentido? Emancipação da subordinação dos sujeitos à lógica destrutiva, humana e ecologicamente, do seu objeto deles próprios autonomizado. Emancipação de determinações estruturais objetivas, mas históricas, que constrangem, oprimem e frustram as aspirações de um mundo mais digno do ser humano, o que inclui uma relação humanizada com a natureza sem a qual um mundo social humanizado é inconcebível, como se torna cada vez mais evidente (Bhaskar 1993: 1-10).

3. O Capital: crítica ontológica

Se é possível concordar que este é o sentido último da obra teórica de Marx, e de suas atividades práticas no plano político, e que, portanto, sua obra se oferece como instrumento teórico para a prática transformadora do mundo, cumpriria agora desenvolver um pouco mais substantivamente este papel de sua teoria. Antes de iniciar no tema propriamente dito, consideramos fundamental fazer a seguinte adver-

tência: é justamente a leitura rigorosa do pensamento de Marx que recomenda uma interpretação que discrepa de grande parte das análises marxistas, em especial quando se examina sua obra “econômica”.

De acordo com a reinterpretação sugerida acima, mesmo quando, ou justamente quando se trata da obra “econômica” de Marx, é preciso compreender que em sua teoria a *exploração* está subordinada, ou é secundária, ou está predicateda, ou é momento derivado etc., com respeito à categoria da alienação -- para nós, estranhamento. Por conseguinte, ao contrário do que tradicionalmente se faz quando se trata de introduzir a crítica da economia política de Marx, não se inicia pela nem se enfatiza a categoria da exploração. Em uma palavra, segue-se o procedimento adotado por Marx.

Sob essa ótica, ler *O Capital* como se fosse uma obra sobre a exploração (econômica), a par de ser um flagrante erro teórico, alimenta um debate com a ciência econômica burguesa (o pleonasmo usado aqui a título de ênfase) justamente no campo que a favorece, vale dizer, em um terreno em que não se discute a natureza histórica da sociedade do capital, suas contradições, sua desumanidade, sua excentricidade em relação aos sujeitos, mas simplesmente a repartição da riqueza. Este é o terreno predileto no qual a ciência econômica procura confrontar Marx. Nele, Marx é convertido num economista “preocupado” com a distribuição da riqueza. Num economista “preocupado” com o “social”. Parece-nos que uma leitura sem preconceitos de *O Capital* deixa patente que Marx nada tem a ver com esta interpretação, considerada inclusive para alguns autores, como Postone (1993), ideologicamente funcional para a própria operação do capital.

Em nossa ótica, *O Capital* é uma tentativa de investigar a constituição interna desta sociedade, o que pressupõe analisar sua gênese histórica espontânea. E, como se trata de um objeto histórico, cuja gênese e constituição se investiga, obviamente a sua própria constituição tem de ser compreendida como processualidade. Como algo que deveio, veio a ser, algo que se desenvolve, se complexifica, e, por conseguinte, muda. Em uma palavra, vai para além de si mesmo. Então, estudar a gênese e constituição da sociedade fundada no capital, é investigar igualmente a sua dinâmica. Mas não uma dinâmica irremediavelmente presa à forma – isto é, a forma das relações postas pelo capital –, não uma dinâmica que, portanto, envolve exclusivamente a permanente complexificação da forma, mas uma dinâmica que potencialmente põe a possibilidade de *outra forma*. Que carrega em si o germe de outra forma social.

Precisamente por isso, *O Capital* não é livro de Economia. É crítica científica da sociedade baseada nas relações do capital, crítica das formas de consciência, científicas ou não, facultadas e requeridas por essa forma social, e crítica das práticas que a reproduzem. Sendo assim, a leitura de

O Capital tem de ter presente as características da relação teoria e prática, que consideraremos na sequência. Em primeiro lugar, a sociedade humana só é concebível pelas práticas humanas que a criam, reproduzem e transformam. As práticas humanas, por sua vez, pressupõem sujeitos humanos que sabem o que fazem, concebem para si, de algum modo, as suas práticas. Pensam. Por conseguinte, nossas práticas, dado o seu caráter finalístico (intencional, teleológico), dado que têm sentido, propósito, só podem existir se têm significado para nós. Qualquer que seja o significado, mais ou menos elaborado, mais ou menos verdadeiro.

Com isso, queremos chamar a atenção para uma coisa bastante simples, trivial, mas que quase sempre é ignorada nas ciências sociais, mas que em Marx, parece-nos, constitui o momento de controle crítico de toda elaboração teórica. A saber: a sociedade humana, qualquer que seja o seu grau de desenvolvimento, qualquer que seja a sua forma, mais ou menos complexa e evoluída, sempre pressupõe formas de consciência, formas pelas quais os seres humanos dão sentido, significam as suas práticas, suas vidas. Dito de outro modo, as sociedades não existem primeiro como relações entre os sujeitos e entre esses e a natureza e, depois, como pensamento dos sujeitos sobre tais relações. As relações e as formas como os sujeitos as concebem pressupõem-se reciprocamente.

Admitido isso, podemos aceitar também a seguinte proposição: os *seres humanos são animais cuja prática pressupõe crenças* (idéias, noções, concepções etc. sobre o mundo natural, sobre eles próprios, sua vida etc.). Podemos aceitar igualmente essa outra: *as crenças de uma sociedade etc. são sempre “verdadeiras”*. Verdadeiras, é claro, porque se qualquer sociedade pressupõe crenças socialmente compartilhadas, tais crenças são, digamos, “instrumentos” necessários para que a sociedade se reproduza. E se tais crenças (sobre a natureza, sobre a sociedade etc.) permitem objetivamente a reprodução da sociedade, elas são verdadeiras em alguma medida essencial para a sociedade em questão.

Isso nós experimentamos cotidianamente, não só conosco, mas também em nossa relação com outras pessoas. Sabemos, muito embora nem sempre reflitamos sobre isso, que significamos a nossa vida. Sabemos também que as outras pessoas significam a sua vida. Nossas crenças são verdadeiras para nós – no sentido de que nos permitem reproduzir a nossa vida, possibilitam a nossa relação com o mundo natural e com as demais pessoas, nossas relações sociais. Mas de nossa prática cotidiana certamente experimentamos a convicção de que certas crenças de outras pessoas, embora verdadeiras para elas (no sentido acima), são patentemente falsas (para nós). Jamais as nossas!

Com esses elementos é possível fazer uma primeira aproximação da atitude teórica de Marx, presente em *O Capital*. A sociedade do capital, como qualquer outra, põe e pressupõe determinadas concepções por parte dos sujeitos em suas práticas. Tais práticas, na grande maioria das vezes, são práticas que reproduzem as relações sociais desta sociedade. Vamos dizer, então, que a sociedade do capital, ao lado de suas instituições, produtos, tecnologia etc., seu mobiliário material e institucional, por assim dizer, tem por condição um espaço de significação, mais ou menos congruente, mais ou menos sistemático, no interior do qual as idéias dos sujeitos em suas práticas adquirem sentido. São verdadeiras, no exato sentido de que correspondem às relações dos sujeitos naquela sociedade. No preciso sentido de que são *necessárias*, isto é, de que sem elas não seria possível conceber o seu funcionamento (reprodução) mais ou menos imperturbado. E essas concepções, dependendo da complexidade da formação social específica, das exigências impostas por sua reprodução, são mais ou menos elaboradas.

Em síntese, como a sociedade do capital se complexifica continuamente em razão de sua própria dinâmica interna, as formas de consciência que possibilita e requer para a sua própria reprodução têm de ser cada vez mais sofisticadas, elaboradas. Por isso, as formas de consciência científica também compõem aquele espaço de significação de que falamos. Noções da vida cotidiana, idéias morais, estéticas, religiosas, científicas integram, assim, por necessidade, a totalidade a partir da qual e na qual o mundo é significado pelos sujeitos. É com base nessa totalidade que os sujeitos conferem aquele sentido indispensável à sua prática.

Mas, como vimos antes, se a sociedade do capital é, como as demais, processualidade, ou se o seu caráter histórico é uma sua determinação essencial, é fácil constatar que o espaço de significação, ou a totalidade de concepções que ela pressupõe para a sua *reprodução*, apesar de *verdadeira*, no sentido de ser necessária para a reprodução, *não* captura aquela sua dimensão essencial – sua natureza histórica e, potencialmente, sua *transformação*. Portanto, as idéias dos sujeitos, apesar de verdadeiras no âmbito da mera reprodução da sociedade, são, naquele particular, substancialmente falsas, uma vez que suprimem a sua dimensão distintiva – a transitoriedade.

E é justamente neste particular que se pode compreender a magnitude da realização de Marx. Em sua obra, e em *O Capital* especificamente, o que está sendo construído é outro espaço de significação. Tão próprio da sociedade do capital como as concepções que dela emergem espontaneamente e a ela se conformam. No entanto, com uma diferença substantiva: trata-se de um espaço de significação por meio do qual os sujeitos das relações sociais postas pelo capital tornam-se capazes de compreender a natureza histórica e, portanto, relativa, das próprias rela-

ções que eles produzem e reproduzem com suas práticas. Em suma, podem conceber a sociedade como produto seu. Como coisa sua. E podem *conferir sentido*, assim, às práticas e as idéias que, devidas às próprias contradições presentes em suas relações sociais, remetem para além dessas próprias relações, dessa própria sociedade.

É importante chamar a atenção para esse aspecto da obra de Marx. Ela cria, para enfatizar, outro *espaço de significação*, alternativo, *radicalmente crítico* do espaço de significação corrente, dominante. Ao fazê-lo, torna possível pensar e defender idéias e práticas que, no espaço de significação corrente, seriam ou tidas como simplesmente absurdas, meras tolices, expressões claras de ignorância, ou, no melhor dos casos, poéticas, belas, mas não operativas, inexequíveis, impraticáveis – idéias, enfim, puramente utópicas. Cria uma “plataforma” científicamente fundada a partir da qual torna-se possível conceber um mundo em que as contradições experimentadas na vida cotidiana, suas desumanidades e infâmias, sejam abolidas. Com ela torna-se possível a pensar a emancipação, ou seja, a abolição das estruturas opressoras, inabilitantes, frustrantes, iníquas etc. que reproduzimos com nossas práticas correntes.

Essa realização de Marx é tão mais importante porque hoje a universalidade do capital parece ter abolido o tempo e o espaço, e em tal grau que dá a impressão de ser impossível pensar e agir fora de seu espaço infinito e atemporal. Na formulação de Zizek, estamos encerrados em coordenadas ideológicas tão hegemônicas que nada pode ser pensado ou realizado fora dos sentidos que elas abonam. Em presença dessa ontologia do capital sem tempo e espaço, e que curiosamente denega a própria idéia de ontologia, é essencial entender a obra de Marx como crítica ontológica. E, mais do que isso e com base nela, compreender que a crítica, quando genuína, só pode ser ontológica.

Por constituir a crítica ontológica insuperável, embora não exaustiva nem definitiva, da realidade do capital, a obra de Marx, talvez por isso tenha recebido o inesperado reconhecimento de Derrida (1994), quando o filósofo francês afirmou que “não há futuro sem Marx”. Imaginamos que ele tenha pretendido dizer que sem Marx não há futuro digno de ser humano. Ou, quem sabe, que no tempo sem infinito do capital não se pode realmente falar de futuro.

Referências

- BHASKAR, R. (1993). *Reclaiming Reality: a Critical Introduction to Contemporary Philosophy*. London; New York: Verso.
- DERRIDA, J. (1994). "Spectres of Marx". *New Left Review* 205: 31-58.
- LUKÁCS, G. (1979). *Ontologia do Ser Social – Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*. São Paulo: LECH.
- MARX, K. (1953). "Erscheinung des Appropriationsgesetzes in der eifachen Zirkulation" (Fragment des Urtextes von *Zur Kritik der politischen Ökonomie*). In Marx, K. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* (Rohentwurf). Berlim: Dietz Verlag.
- POSTONE, M. (1993). *Time, Labor, and Social Domination: a Reinterpretation of Marx's Critical Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.